

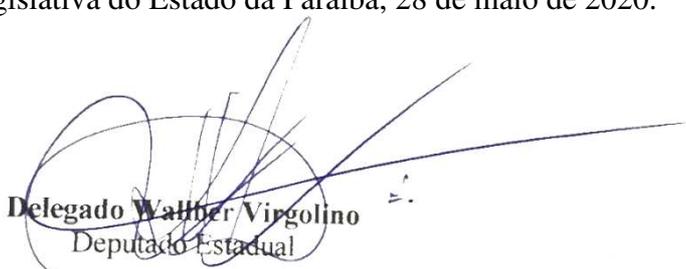


ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO
PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 494 /2020
AUTOR: DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO

Senhor Presidente,

Requeiro a vossa excelência com fulcro no artigo 116, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, depois de vencidas as formalidades regimentais, **que seja encaminhado expediente ao Governador do Estado, para que preste as devidas informações e documentos comprobatórios acerca do cumprimento da decisão judicial exarada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, que determina a Correção Salarial dos Servidores do IASS (antigo IPEP).**

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 28 de maio de 2020.



Delegado Wallber Virgolino
Deputado Estadual



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO
JUSTIFICATIVA

O presente pedido de informações tem a finalidade de obter um posicionamento do Governador do Estado acerca do cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal-STF, que determina a Correção salarial dos servidores do IASS (antigo IPEP).

Os servidores do IASS (antigo IPEP) obtiveram judicialmente o direito à correção salarial. Todavia, no antigo governo, mais precisamente no ano de 2011, o mesmo retirou um direito adquirido, com trânsito em julgado da decisão, e assim, de forma que não foi cumprida nenhuma determinação judicial neste caso.

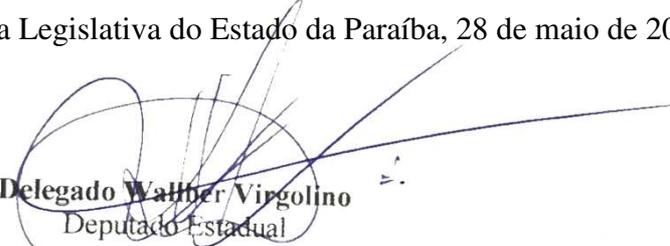
O que se percebe é que o Estado vem reiteradamente descumprindo decisões que impactam diretamente a vida de 1.200(mil e duzentas) famílias que, há mais de 09 anos, estão sem obter os vencimentos de forma correta, direito esse reconhecido em decisões transitadas em julgado desde 2004.

Neste contexto, após 09 anos e 05 meses o STF julgou pelo “não reconhecimento da ADPF”, por 08 votos a 03, para aniquilar definitivamente qualquer tipo de atitude procrastinatória do Governo do Estado em relação ao direito destes servidores.

É de conhecimento público que os servidores acima mencionados estão sendo prejudicados, em razão do corte nos seus vencimentos por parte do Governo do Estado, o que vem ocasionando graves transtornos aos servidores e aos seus familiares, na medida em que acaba comprometendo de sobremaneira o seu orçamento.

Diante do exposto, ante a relevância da matéria e do interesse público envolvido, apresenta-se este instrumento legislativo com o intuito de obter as informações e documentos acerca do cumprimento da determinação judicial, bem como obter do Governo Estadual, um posicionamento em relação à matéria supracitada.

Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 28 de maio de 2020.


Delegado Wallber Virgolino
Deputado Estadual